

WASHINGTON - O Banco Mundial deve participar com até US\$ 7 bilhões no pacote de ajuda financeira internacional ao Brasil. Ontem, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, esteve com a diretoria da instituição, para conversar sobre a disposição do banco de apoiar projetos de reformas estruturais no país. Este tipo de apoio é feito com recursos mais generosos e de mais rápido desembolso.

O banco divulgou nota conjunta com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na tarde de ontem, expressando apoio ao Brasil e adiantando que os recursos, os quais não dimensionam, vão ser aumentados "significativamente" em relação aos financiamentos normais das duas instituições, que somam desembolsos anuais da ordem de US\$ 1,5 bilhão.

Malan, que voltaria na tarde de quinta-feira para Brasília, acabou ficando mais um dia para ter esses encontros e, segundo sua assessoria, "descansar um pouco".

A rigor, o governo brasileiro não chegou a colocar, até agora, o que seria a cifra necessária da assistência financeira de emergência para cobrir o déficit da conta corrente do balanço de pagamentos dos próximos meses. Apenas indicou que faltam US\$ 20 bilhões para financiar as contas externas dos próximos quinze meses. O pacote total, no entanto, deverá situar-se na casa dos US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões, que poderão ser usados para substituir os recursos externos privados, cujas fontes estão secando.

Colchão - Foi o próprio Banco Mundial que informou o governo brasileiro do quanto dispõe, hoje, para compor esse pacote. Na equipe econômica brasileira, a expectativa continua sendo de que a mera existência desse "colchão" de recursos seja capaz de trazer de novo a confiança dos investidores no país, que retomariam os fluxos de ingresso de capitais, normalizando a situação dos financiamentos externos.

O FMI também já indicou que pode entrar nesse programa com algo próximo a US\$ 15 bilhões e espera-se, ainda, o aporte de recursos do Tesouro americano, além de alguma ajuda dos países do grupo dos sete mais ricos (G-7). A participação dos bancos privados ainda não está definida, mas o mínimo que se espera deles é que não diminuam as linhas de financiamento ao comércio exterior, que já estão começando também a secar.

Nem nos piores momentos da crise da dívida externa, nos anos 80, essas linhas de comércio e de financiamentos interbancários foram interrompidas para o Brasil. O encolhimento de fontes de recursos dessa natureza,

que tem alto retorno para os bancos emprestadores, indica a dramaticidade da situação atual. A crise financeira internacional, que deixou de ser um problema dos países emergentes para se transformar numa crise sistêmica, produziu nos investidores uma total aversão ao risco.

O Brasil nunca tomou empréstimos no Banco Mundial para reformas estruturais que são destinados a financiar as contas do balanço de pagamentos e não tem destinação a projetos específicos porque não tinha um acordo formal com o FMI.

Como agora esse acordo é questão de dias, passa a poder ter acesso a créditos de rápido desembolso da instituição. A Argentina acabou de receber aprovação para um pacote de ajuda financeira de US\$ 5,7 bilhões dos organismos multilaterais porque tem um acordo de facilidades ampliadas (*extend fund facility*) com o FMI desde o início do seu plano de conversibilidade.

Outra vantagem dos empréstimos para reformas estruturais do Banco Mundial é que eles não exigem contrapartidas em recursos orçamentários do governo brasileiro, não tendo, assim, impacto fiscal.

Reformas - A contrapartida, nesse caso, são as próprias políticas de reformas, como a da previdência social, tributária, do mercado de trabalho, entre outras. Aliás, tanto no comunicado conjunto do governo e FMI, divulgado ante-ontem, quanto no de ontem dos dois bancos, está incluída na lista de compromissos de reformas a regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro.

Nesse, além das mudanças previstas na regulação das instituições, Malan explicou que incluirá medidas na direção de uma maior independência do Banco Central, sobretudo dando aos diretores do BC um mandato fixo e não coincidente com o período de gestão do governo federal. Inclui também a reforma orçamentária, que fará parte do programa fiscal para o próximo triênio (1999-2001), que, segundo proposta do governo, será ancorada numa nova lei que colocará limites ao gasto inclusive dos estados e municípios. Nesta haveria um "gatilho" a partir do qual o gasto público teria que ser freado. Um procedimento inspirado na legislação americana, que, desde o início dos anos 90, conta com a lei do orçamento equilibrado (Budget Enforcement Act), que prevê ajuste automático das despesas às receitas disponíveis.

FMI e Bird/BID enfatizam ainda a necessidade do governo continuar os esforços para aprovação das reformas da Previdência Social, administrativa, de liberalização do mercado de trabalho, assim como avançar nas privatizações.

Ajuda do Bird será de R\$ 7 bilhões

■ Governo espera que desembolso do Banco Mundial, parte do pacote de apoio do FMI, sirva para recuperar a confiança no país

Economia - Brasil